

## **Alteridade na narrativa jornalística sobre violência: quando o suspeito é protagonista<sup>1</sup>**

**Lara Nasi<sup>2</sup>**

Neste texto abordamos a cobertura jornalística do jornal Extra, das organizações Infoglobo, sobre o assassinato de Jaime Gold. O médico, que também era ciclista, foi morto a facadas por um grupo de adolescentes enquanto pedalava na Lagoa Rodrigo de Freitas, ponto turístico do Rio de Janeiro, em 19 de maio de 2015. Inicialmente noticiada no jornal O Globo como “mais um crime no Rio”, sua morte torna-se o que Fernández Pedemonte (2010) chama de “*caso mediático conmocionante*”. O autor argentino emprega o termo para referir-se a casos que, por algum motivo, seja pela envergadura do acontecimento que é narrado, seja pela permanência na agenda pública e pelo grau do debate que desencadeia, é eleito pelos meios como mais importantes que os demais.

O caso teve ampla cobertura midiática. Só o jornal O Globo destinou 8 páginas da edição de 21 de maio de 2016 ao caso, numa cobertura que durou pelo menos dois meses. Logo após a morte do médico, no dia 22 de maio, a polícia identifica um dos suspeitos, um adolescente de 16 anos, e posteriormente, outros dois. A cobertura de muitos veículos associa o crime à discussão que naquele momento acontecia no Congresso Nacional, sobre um projeto de lei para a redução da maioridade penal, de 18 para 16 anos.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 13 – Jornalismo e narrativas do sul global: vozes e temas emergentes

<sup>2</sup> Docente de Jornalismo na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, doutorando em Comunicação pela UFSM, mestra em Ciências da Comunicação pela Unisinos, jornalista graduada pela Unijuí, integrante do Grupo de Pesquisa Resto – Laboratório de Práticas Jornalísticas. [nasi.lara@gmail.com](mailto:nasi.lara@gmail.com).

Observamos mais atentamente neste texto a cobertura do jornal Extra por apresentar uma perspectiva de rara incidência no jornalismo brasileiro. Enquanto a imprensa nacional, na síntese de heterogêneos (RICOEUR, 1994) característica das narrativas, associava o crime à redução da maioria penal, como que atestando que adolescentes podem cometer crimes muito cruéis e merecem ser punidos como adultos, o Jornal O Extra, no primeiro dia da cobertura sobre o caso apresenta, em sua capa, junto à notícia da morte de Jaime Gold, a notícia da morte de um adolescente e de um jovem pela polícia em uma favela do Rio, propondo um jogo metalinguístico: “Como em qualquer lugar do mundo, crimes em pontos turísticos têm maior repercussão. Mas, no Dendê, mães choram morte de seus filhos em ação da polícia e esperam que caso não caia no esquecimento”. Nos dias que se seguem, a cobertura adota a perspectiva do principal suspeito, detido no dia 21 de maio, e noticiada a partir do dia 22. A reconstrução de sua vida e do que o levou ao mundo do crime parece ser a tarefa empreendida pela jornalista Carolina Heringer, que assina as matérias. Essa perspectiva narrativa, na contramão do discurso midiático dominante, adota um ponto de vista outro, o do suposto criminoso.

Embora o jornal seja uma publicação de um grande grupo editorial, essa perspectiva de narrar abre espaço para outras interpretações, mesmo que possa corresponder a estratégias editoriais, já que o jornal se destina a camadas mais pobres da população que o Globo<sup>3</sup>, por exemplo, que assume a perceptiva da classe média para o diálogo proposto. Marcia Amaral (2004) que desenvolveu sua tese de doutorado sobre o tema, justifica a relevância do estudo da imprensa popular:

---

<sup>3</sup> Na página da Infoglobo, setor das organizações Globo dedicado às publicações impressas, o Extra é anunciado como “o jornal mais lido do Brasil”, mesmo que sua tiragem impressa seja menor que a de O Globo, do mesmo grupo. Os serviços são anunciados como um diferencial, e a classe social dos leitores é caracterizada como majoritariamente C (56%), seguida de B (31%), DE (10%), e A (3%). Já O Globo é anunciado pela organização como “o jornal preferido dos formadores de opinião”, e a classe social do público leitor assim caracterizada: B (49%), C (39%), A (13%), DE (8%). Provavelmente em função de o Extra ter crescido mais na classe B, a empresa lançou em 2006 um jornal mais voltado às classes C e D, Expresso (SILVA, 2012), que não tem presença na internet.

Do ponto de vista da relevância social, entendemos ser produtivo analisar como a imprensa se faz popular. Compreendemos que é tarefa do jornalista informar setores mais amplos da população e, por isso, não é recomendável que fiquemos circunscritos a uma única forma de se fazer jornalismo. Os jornais populares devem ser pesquisados para que seja possível captar suas estratégias e, num movimento crítico, incorporá-las ou descartá-las no sentido de criar bases para um jornalismo popular diferenciado. Pensar em um jornalismo voltado à maioria da população é uma experiência tomada por questionamentos e críticas, pois, quando se trabalha com jornalismo impresso numa perspectiva popular, percebe-se o quanto são tênues os limites entre a responsabilidade pública e a sedução do leitor (AMARAL, 2004, p. 12)

Estudar segmentos da imprensa popular, nos parece também interessante por considerar produções jornalísticas outras como objeto de estudo, que não apenas a aparentemente consolidada imprensa da “referência”, mesmo em se tratando de produções de grupos editoriais empresariais. No caso relatado, a cobertura jornalística do “*caso conmocionante*” em questão propõe uma abordagem que escolhe como ponto de ancoragem justamente o que não ganha espaço no discurso midiático tradicional: o acusado.

A morte e o crime sempre tiveram espaço privilegiado no jornalismo, atravessando épocas distintas (TRAQUINA, 2010), mas os modos de narrar têm se transformado com o passar do tempo. Nos anos 1980, era comum que jornais entrevistassem criminosos, ou abordassem seu ponto de vista, associando a criminalidade com o contexto social. Este recurso quase inexistente no jornalismo dos anos 2010. A explicação, para Vaz et. al, é de que uma notícia sobre um crime podia também ser um modo de gerar indignação contra o sistema, mas isso dependia de uma mediação teórica capaz de produzir os seguintes deslocamentos: o criminoso saíria da posição de um causador de sofrimento para tornar-se vítima. A classe média cortaria seus laços com uma vítima específica e se sentiria causadora do sofrimento, pela teoria da exploração. E, ao final, essa mesma classe média se identificaria com o criminoso ao pensar que, se vivesse circunstâncias parecidas com a que ele viveu, de privação e necessidade, vítima da exploração social, provavelmente teria cometido o mesmo crime (VAZ et al., 2006). Havia uma identificação com o agressor, à medida em que os crimes eram vinculados a

problemas coletivos. Nas narrativas contemporâneas sobre criminalidade, o valor principal passa a ser outro, e também a escolha dos sofrimentos narrados.

O que determina a seleção de um sofrimento para entrada no espaço público não é sua intensidade, nem o número de sofredores; é sim sua capacidade de expressar a violação de valores básicos de uma cultura. Se um valor maior é a recusa de uma desigualdade social extrema entre os seres humanos, a fome ou a qualidade da moradia ou da educação serão destacadas; se o valor maior é a vida longa e prazerosa dos indivíduos, todos os eventos que provocam morte abrupta ganharão relevância. Por outro lado, se o que vale é o bem-estar do indivíduo, perderão posição hegemônica no espaço público os sofrimentos que melhor expressam a desigualdade (VAZ; CARDOSO, FELIX, 2012, p. 28).

Os autores observam também a emergência de um novo direito: o direito ao risco. Se há uma demanda dos indivíduos pela liberdade em escolher que riscos querem correr, a contrapartida, pontuam, é a intolerância em relação a todos o que nos põem em risco contrariando nosso desejo. Esse movimento afasta a discussão dos crimes sob a perspectiva da desigualdade social. Seria desconsiderar o sofrimento das vítimas e sentir compaixão por “monstros”, sem respeito à vida alheia. “A alteridade do risco se sobrepõe à da pobreza”, concluem os autores (VAZ et al., 2006, p. 117).

Desta forma, percebemos na construção jornalística sobre criminalidade, em “casos de comoção midiática” a recorrente construção narrativa do criminoso como um monstro. No caso da morte de Jaime Gold, o médico assassinado, esse movimento acontece no jornal O Globo, por exemplo, que entrevista especialistas, sugerindo a tese de “psicopatia” para explicar a motivação dos criminosos em cometer atos tão cruéis. Já a cobertura de Extra, propõe com sua narrativa reconstruir a história, a partir de fragmentos, da vida do principal acusado. E faz isso indo atrás de pistas do universo vivido pelo garoto: visita a escola em que ele estudou, entrevista ex-professoras, coloca em contextos mais amplos o abandono da sala de aula, vasculha fichas policiais para descobrir que, entre as 15 ocorrências em que é citado, em duas ele é a vítima: vítima de abandono. Descobre, também em registros policiais, depoimento da mãe, contando das dificuldades financeiras e de sobrevivência da vida de catadora, abandonada pelo marido e com os filhos para criar, que a levaram ao deixar o menino sozinho em determinadas

circunstâncias. É essa a apuração e o caminho argumentativo que leva o jornal a produzir capas com chamadas como: “Duas tragédias antes da tragédia: sem família, sem escola”. Ou ainda, sob a chamada “A tragédia antes da tragédia da Lagoa”: “Abandono é comum em CIEP onde X<sup>4</sup>. estudou”

Gagnebin (2006) relembra que no último texto de Benjamin, *Sobre o conceito de história*, o autor atribui ao narrador a figura do justo, e confere a ele também características da figura do trapeiro, “catador de sucata e de lixo, esta personagem das grandes cidades modernas, que recolhe os cacos, os restos, os detritos, movido pela pobreza, certamente, mas também pelo desejo de não deixar nada se perder” (p. 53). Ele propõe que esse “narrador sucateiro” deva deter-se não a grandes feitos, mas ao que é deixado de lado. Esses elementos de sobra do discurso seriam então o sofrimento, o indizível, falar dos que não têm nome, anônimos sem rastros. O narrador e o historiador deveriam transmitir, para o autor, “o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda. Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do inenarrável, numa fidelidade ao passado e aos mortos, mesmo — principalmente — quando não conhecemos nem seu nome nem seu sentido” (GAGNEBIN, 2006, p. 54).

O jornal lança-se a narrar sobre esse menino de que não se sabe o nome, cuja história não se conhece, e que é sua história individual mas também a história de muitos. Narra o drama individual que é seu e também de outros. E elege como sofrimento a ser narrado não apenas o da vítima, mas o do menino que chegou à situação limite de cometer um crime cruel. Essa construção é feita numa dada temporalidade, quando no Brasil discute-se o projeto de lei de Redução da Maioridade Penal, e que coloca ainda mais em evidência o abismo social em que vivemos, com esforços políticos para aumentar a punição aos adolescentes, e pouca preocupação com políticas de inclusão social e redução da criminalidade.

---

<sup>4</sup> X. é o modo como o adolescente acusado é apresentado pelo jornal, por ser adolescente e, pela legislação em vigor, ter a prerrogativa de não ter sua identidade revelada.

Frantz Fanon, em 1961, caracterizava, em *Os condenados da terra*, o mundo colonizado, como um mundo cindido em dois.

Este mundo dividido em compartimentos, este mundo cindido em dois, é habitado por espécies diferentes. A originalidade do contexto colonial reside em que as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida, não logram nunca mascarar as realidades humanas. Quando se observa em sua imediatividade o contexto colonial, verifica-se que o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer a tal espécie, a tal raça. (FANON, 1968, p. 29)

Algumas décadas depois, e no Brasil colonizado, a narrativa jornalística nos dá pistas e apresenta evidências, ora sutis, ora evidentes, de que a civilização aqui segue cindida. Elton Antunes e Eliziane Lara (2013), ao estudar “casos comoventes”<sup>5</sup> na cobertura jornalística sobre a violência contra crianças e adolescentes em seu grupo doméstico, percebem que o componente de classe é um critério importante para definir que crianças merecem ter seu sofrimento midiaticizado. Não se trata apenas de escolhas aleatórias de jornalistas. A resposta a esta recorrência que associa classe às narrativas que são eleitas para serem compartilhadas com o todo social está na herança e na presença do contexto apresentado por Fanon. O pensamento também é colonizado. Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos, à divisão modernidade/colonialidade, a produção de pensamento das sociedades ocidentais é “abissal”.

Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. A divisão é tal que o “outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente e excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceita de inclusão considera como sendo o Outro. (SANTOS, 2007, p. 3-4)

---

<sup>5</sup> Antunes parte do entendimento aqui já apresentado de Fernández Pedemonte, para casos comocionantes.

Um jornalismo que raramente ouve os que se encontram às margens da sociedade – seja em situação de criminalidade ou não -, que quando produz narrativas sobre a criminalidade, raramente a associa ao grave cenário de desigualdades, com a brutal concentração de renda das elites, e que, como explicação para o “outro” que atenta contra a vida e a propriedade oferece quase sempre a explicação da psicopatia e de bandidos sem coração, não seria também um modo de jornalismo de promover e reforçar o abismo que está posto em nossas sociedades?

A resposta de Santos para a construção de conexão entre os dois lados do abismo é uma ecologia dos saberes. O jornalismo, para engajar-se nela, pode construir representações mais plurais entre os lados que nos separam. Mas para isso, é primeiro preciso dar-se conta de que estamos diante de um abismo. O Extra, mesmo que a escolha editorial corresponda a estratégias de venda da organização a que pertence, promove assim, na materialidade da textualidade de sua cobertura sobre o caso, uma discussão mais conectada com o contexto em que vivemos.

Os relatos e narrativas dos meios de comunicação podem contribuir ao diálogo necessário para a construção de uma sociedade com diferentes saberes, como lembra Fernández Pedemonte: “*Los relatos de los medios, junto con los literarios y los cinematográficos, pueden provocar un giro de la preocupación por el propio mundo individual a la preocupación por los otros*” (2010, p. 14). As narrativas, portanto, têm a potência necessária para nos conectar com o outro lado da linha.

### Referências bibliográficas

AMARAL, Marcia. *Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho*. 2004. Tese Doutorado em Comunicação e Informação) – UFRGS, Porto Alegre, 2004.

ANTUNES, Elton; LARA, Eliziane Consolação. Da (des)continuidade dos casos nas páginas dos jornais: a cobertura sobre a violência contra crianças e adolescentes em seu grupo doméstico. *Brazilian Journalism Research*, v.9, n. 1, 2013, p. 194-213.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul  
v. 1, n. 1, 2017.

FERNÁNDEZ PEDEMONTE, Damián. *Conmoción pública: los casos mediáticos y sus públicos*. Buenos Aires: La Crujía, 2010.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. Jornalismo não é concurso de miss simpatia: entrevista com Octavio Guedes. *Observatório da Imprensa*, n. 852. Mai., 2015. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/jornalismo-nao-e-concurso-de-miss-simpatia/>

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução de Constança Marcondes Cesar. t. 1. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 78, Out. 2007.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, v. II, e. ed., 2013.

VAZ, Paulo et. al. Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário de crime. In: LEMOS, André; BERGER, Christa; BARBOSA, Marialva. *Livro da Compós 2005: Narrativas midiáticas contemporâneas*. Porto Alegre: Sulina, 2006. 206 p. p. 111 – 127

VAZ, Paulo; CARDOSO, Janine Miranda; FELIX, Carla Baiense. Risco, sofrimento e vítima virtual: a política do medo nas narrativas jornalísticas contemporâneas. In: *Revista Contracampo*, nº 25, dez de 2012. Niterói: Contracampo, 2012. P. 24-42